

A CATEGORIA GRAMATICAL VERBO E QUESTÕES NORMATIVAS QUE ENVOLVEM O PORTUGUÊS BRASILEIRO

Sheila Fabiana de Pontes Casado¹
Edmilson Luiz Rafael²

Resumo: A presente investigação resultante de uma pesquisa de Mestrado³ está situada no campo da Linguística Aplicada (LA) por debater a categoria linguístico-gramatical verbo no contexto de ensino, bem como no contexto dialógico e objetiva verificar as limitações dos aspectos normativos que envolvem a categoria gramatical verbo no Português Brasileiro (PB), especificamente no que diz respeito à conceptualização do verbo em coexistência de seu pragmatismo (AZEREDO, 2015; FERRAREZI JUNIOR, 2014; VIEIRA, 2018). O que observamos foram definições normativas atribuídas à categoria verbo que, necessariamente, precisam ser repensadas devido à idiosincrasia exercida pela categoria verbo e que a Gramática Tradicional (GT) não dá conta quando assume proporções linguísticas aplicadas.

Palavras-chave: Linguística Aplicada. Categoria verbo. Português Brasileiro.

THE GRAMMATICAL CATEGORY VERB AND NORMATIVE ISSUES THAT INVOLVE BRAZILIAN PORTUGUESE

Abstract: The present investigation, resulting from a Master's research, is situated in the field of Applied Linguistics (AL) for debating the linguistic-grammatical category verb in the teaching context, as well as in the dialogic context and aims to verify the limitations of the normative aspects that involve the grammatical category verb in Brazilian Portuguese (BP), specifically with regard to the conceptualization of the verb in the coexistence of its pragmatism (AZEREDO, 2015; FERRAREZI JUNIOR, 2014; VIEIRA, 2018). The data come from a bibliographic review carried out from Brazilian school grammars. What we observe is that there are normative definitions attributed to the verb category that necessarily need to be rethought due to the idiosyncrasy exerted by the verb category and that Traditional Grammar (TG) does not meet the applied linguistic dimensions.

Keywords: Applied Linguistics; Verb category; Brazilian Portuguese.

¹Mestre em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande (2019). Professora polivalente, regime estatutário, nas cidades de Barra de Santa Rosa e Damião - PB. E-mail de contato: sheilacasado29@hotmail.com

²Mestre em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1993). Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Professor Titular de Língua Portuguesa e Linguística da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino - UFCG. E-mail de contato: edluizrafael@gmail.com

³ Neste artigo, apresentamos os resultados finais da pesquisa de Mestrado intitulada Perspectivas paradigmáticas e contribuições metodológicas no ensino de verbo nos anos iniciais do nível fundamental, concluída em 2019 pelo programa de pós-graduação em linguagem e ensino — POSLE, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/PB. O texto apresenta alguns recortes integrais do documento base, notificado acima. (Registro em Comitê de Ética — UFCG Plataforma Brasil — Processo CAAE: 90714518.3.0000.5182).

LA CATEGORÍA GRAMATICAL VERBO Y CUESTIONES NORMATIVAS QUE INVOLUCRAN EL PORTUGUÉS BRASILEÑO

Resumen: La presente investigación, resultante de una investigación de Maestría, se sitúa en el campo de la Lingüística Aplicada (AL) para debatir la categoría verbo lingüístico-gramatical en el contexto de enseñanza, así como en el contexto dialógico y tiene como objetivo verificar las limitaciones de la normativa aspectos que envuelven la categoría gramatical verbo en portugués brasileño (BP), específicamente en lo que se refiere a la conceptualización del verbo en la coexistencia de su pragmatismo (AZEREDO, 2015; FERRAREZI JUNIOR, 2014; VIEIRA, 2018). Los datos provienen de una revisión bibliográfica basada en las gramáticas escolares brasileñas. Lo que observamos es que existen definiciones normativas atribuidas a la categoría verbal que necesariamente requieren ser repensadas debido a la idiosincrasia que ejerce la categoría verbal y que la Gramática Tradicional (TG) no cumple con las dimensiones lingüísticas aplicadas.

Palabras clave: Lingüística aplicada. categoría de verbo. Portugués brasileño.

Introdução

Para contextualização da análise apresentada nesse artigo situamos a categoria verbo na produção linguística humana. Logo, faz-se necessário assentar sua compreensão em torno das definições e funções assumidas pela categoria.

À vista disso, é preciso considerar que por se tratar de uma investigação tanto de natureza teórica quanto aplicada da língua, partimos de dois pontos de vista, a saber: a conceptualização da categoria gramatical verbo posta pela GT bem como, a funcionalidade do verbo a partir do conceito atribuído.

Essa reflexão acerca da categoria verbo, enquanto palavra que designa ação, estado ou fenômeno natural, (CEGALLA, 2008), apresentada nos livros didáticos e manuais de gramática demonstra uma certa fragilidade conceitual quando considerados os fenômenos linguísticos aplicados e/ou o comportamento estrutural que, em algumas situações, excede as definições postas pela Gramática Tradicional. Desse modo, mostra-se necessário repensar as situações de ensino de gramática, de modo particular o ensino da categoria verbo, para que a transposição dos conteúdos linguísticos não seja transformada num cenário de classificação de elementos contidos numa sentença e/ou existir apenas artificialmente, i.e., uma gramática da codificação e que não exerce seu papel prioritário de estruturar a língua para promover a comunicação entre as pessoas (NEVES, 1997).

Dessa forma, Franchi (2006, p. 52) afirma que o problema do ensino tradicional de

gramática “não está no interesse teórico da tradição. Está na repetição inconsciente de fórmulas [...] Está na falta de reflexão sobre o que realmente se está fazendo, quando fazemos gramática do modo que fazemos”. O ponto de vista do autor nos leva a refletir acerca do ensino de gramática baseado na transmissão de conceitos, ou seja, na reprodução *ipsis litteris* dos conceitos já elaborados pela GT sem haver uma reflexão entorno da língua e suas dimensões históricas, cultural, temporais, dentre outros aspectos.

Para esta pesquisa, exploramos o objeto investigado através de uma investigação bibliográfica (GIL, 2008) de modo que pudéssemos confrontar ideias e percebêssemos a necessidade de repensar os conceitos estabelecendo a relação entre funcionalidade linguística e definição instituída (CUNHA, CINTRA, 2006[1984]; CEGALLA, 2008; BECHARA, 2009; FERRAREZI JUNIOR, 2014; FREITAS, SOUSA, 2014; AZEREDO, 2015; VITRAL, 2017; VIEIRA, 2018).

Nesta fase da pesquisa nos propomos a conhecer sob que perspectiva conceitual a categoria verbo é apresentada pela Gramática Tradicional bem como, se tal entendimento corresponde à conta da língua em uso. Para tanto, somos norteados pelo objetivo de: i) identificar os contrastes teórico-práticos entre a conceptualização da categoria verbo para a GT e usos linguísticos. Na perspectiva teórica funcionalista a função exercida pelos recursos linguísticos assume papel importante na construção das ideias que se pretende comunicar. Logo, como pressuposto, reconhecemos a inter-relação entre gramática e discurso.

O texto está organizado em três seções: na primeira, discutimos os fundamentos teóricos que alicerçam a definição da categoria gramatical verbo a partir de três gramáticas brasileiras selecionadas; na segunda, apresentamos como está estruturada a metodologia utilizada; na sequência, evidenciamos os resultados destacados, bem como apresentamos e refletimos acerca da configuração metodológica adotada no contexto investigado e os efeitos da intervenção, em suma, tentamos destacar a importância de um ensino de gramática reflexivo considerando o papel semântico assumido pela categoria.

Os fundamentos: a categoria verbo à luz dos conceitos consagrados

Apresentamos, neste ponto, uma exposição de considerações teóricas sobre a categoria gramatical verbo. Para isso, buscamos apoio em revisão de estudos gramaticais (CUNHA, CINTRA, 2006[1984]; CEGALLA, 2008; BECHARA, 2009) e também amparamos os pontos de vista apresentados em estudos linguísticos como os de Freitas e Sousa (2014), Azeredo (2015), Vitral (2017) dentre outros, para mostrar que a definição nocional de verbo estabelecida pela GT não reflete papéis assumidos por ela. Observemos as noções de conceituados gramáticos acerca do verbo.

Para Cunha e Cintra, o verbo:

[...] é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo. Na oração exerce a função obrigatória de predicado [...] o verbo apresenta as variações de NÚMERO, de PESSOA, de MODO, de TEMPO, de ASPECTO e de VOZ (CUNHA, CINTRA, 1985, p. 263).

Percebemos, inicialmente, que a noção de verbo apresentada pelos autores se estrutura no ponto de vista morfológico, pois busca nas palavras o reconhecimento das marcas flexionais de pessoalidade (1.^a, 2.^a e 3.^a singular/plural), temporalidade (presente, pretérito e futuro) e de modo (indicativo, subjuntivo e imperativo). Em termos sintáticos, situam a função do verbo como o predicado das orações.

Segundo Bechara, entende-se por verbo:

[...] a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical [...] Geralmente as formas verbais indicam as três pessoas do discurso, para o singular e o plural [...] Conjugação um verbo — É dizê-lo, de acordo com um sistema determinado, um paradigma, em todas as suas formas nas diversas pessoas, números, tempos, modos e vozes. Em português temos três conjugações caracterizadas pela vogal temática: 1.^a conjugação — vogal temática a: amar, falar, tirar. 2.^a conjugação — vogal temática e: temer, vender, varrer. 3.^a conjugação — vogal temática i: partir, ferir, servir (BECHARA, 2009, p. 173 – 186).

O autor segue a noção formal de conceptualização do verbo, porém, mais centrado nos aspectos mórficos e sintáticos. Nas palavras de Bechara (2009), verbo é uma unidade gramatical ordenada por modelos de flexão, de modo que dominar essas formas é sinônimo de saber verbo.

Conforme apresentado, a GT delimita fronteiras bem pontuais quanto à categorização do verbo e, corroborando às ideias apresentadas, Borges Neto (2012) afirma que, além disso, a GT estabelece sua unidade de análise (palavra) e é nesse contexto que se insere a gramática normativa como o modelo de padronização da língua em que obedecer a esses pressupostos é imprescindível para sua autenticidade dentro desse quadro teórico.

Para tanto, mostra-se necessário aludir à definição de verbo que orienta as gramáticas escolares (usualmente, o único referencial em sala de aula), segundo a qual, de modo geral, o verbo é uma palavra que exprime ação, estado ou fenômeno (CEGALLA, 2008). Para Freitas e Sousa (2014), esta é uma visão inapropriada por considerar que existem situações em que as palavras podem representar ações e não exercerem essa função sintática, bem como casos opostos. Logo, cabe-nos refletir acerca da noção de verbo posta pela GT em direção às suas insuficiências.

Primeiramente, é preciso assumir a distinção entre língua falada e escrita, pois estamos falando da mesma língua em contextos e graus de formalidade distintos. Assim, o uso que fazemos da língua (emprego dos verbos, referenciação pessoal) pode sofrer variações, e sofrem, devido às diferentes possibilidades que a língua (e os modos de falar de cada grupo social) nos oferece para comunicar, passando, assim, a existirem diferentes falares. Diante da metamorfose possibilitada pelos usos linguísticos certas convenções desconsideradas pela Linguística Tradicional passam a ocupar o quadro pragmático da língua.

No entanto, tais estilos não tornam um uso mais correto que outro, o que há são situações e contextos (oral e escrita/formal e informal) em que manifestamos pensamentos recorrendo aos recursos linguísticos que a língua nos oferece (TRAVAGLIA, 2009). À vista disso, Bagno (2011) advoga que seria mais apropriado definir os verbos tanto em suas propriedades sintáticas, semânticas quanto pragmáticas. Este ponto de vista mais abrangente se mostra capaz de compreender os mais diversificados usos do verbo e os aspectos linguísticos que se unem para produção dos enunciados.

A categoria verbo constitui a maioria das produções linguísticas construídas pelos falantes por conter em seu âmago aspectos bem próprios. Para Azeredo (2015), o verbo é uma palavra capaz de representar as ações sofridas e praticadas. Noutras palavras, considerando as características de ordem prática, o verbo serve para falar de algo/algum ou dizer que. Quanto

às noções de tempo, aspecto inerente ao verbo, o autor alerta à visão dos velhos gramáticos em vista de não continuarmos repetindo os mesmos erros com relação ao paralelismo entre formas linguísticas e momento da fala.

No entanto, o ensino de português, de modo particular nos referimos ao verbo, é orientado pelos preceitos do Paradigma Tradicional de Gramatização — PTG (VIEIRA, 2018), que em seu quadro teórico não estabelece critérios nocionais coerentes a toda abrangência da categoria. Abrimos um parêntese aqui para tecer uma observação a respeito das bases teóricas da GT e dizer que este é o modelo de análise que orienta as gramáticas e os livros didáticos que chegam às nossas escolas. Entretanto, é notório perceber na atualidade princípios de ordem emergente, em referência estrita à unidade de análise que se amplia, que deixa a caracterização da palavra na oração e toma como objeto de investigação o estudo do texto em seu quadro teórico-metodológico. Esta amálgama desencadeou, basicamente, duas condições essenciais à atividade de ensino de língua/gramática.

A primeira, que os gêneros textuais devem ser o instrumento para análise, e a outra, que o ensino de gramática deve ser pensado a partir dos usos sociais da língua em direção ao processo de retextualização e sistematização das regularidades estruturais (FREITAS, SOUSA, 2014).

A partir das concepções de Freitas e Sousa (2014) e Vitral (2017), destacamos que a atribuição da escola é viabilizar condições que possibilitem aos alunos recorrerem à norma padrão e a sugestão é que as estratégias sejam apoiadas em gêneros que compõem as experiências sociais de uso da língua pelos alunos. Nesse sentido, os usos que fazemos da língua não seguem o padrão purista instituído pela herança terminológica grega de quem advêm as regras que regem o ensino de gramática/língua (NEVES, 2011), mas sofre influência de seu tempo e das formas alternativas que dispomos para comunicar, seja de forma oral, seja por escrito. Assim, consideramos, segundo Travaglia (2009), que o objetivo do ensino de língua é, prioritariamente, potencializar a competência dialógica dos falantes. Por este ângulo, seria simplista pensar a categoria verbo apenas em termos estruturais, mas isso não quer dizer que os aspectos estruturais sejam suprimidos, apenas se tornam ponto de chegada, não de aproximação.

Para concluir nossas considerações, fazemos uma síntese dos conceitos que melhor

tratam desses problemas que envolvem o verbo. Do ponto de vista morfológico, Ferrarezi Junior (2014) afirma que a flexão temporal é a que melhor configura a categoria verbo. Em termos sintáticos, é preciso exceder o padrão de verbo inserido no quadro teórico da GT e olhar para o papel exercido pela categoria nas condições de uso, e o verbo (de modo particular), semanticamente, é uma palavra capaz de dar conta discursivamente do dizer com quem se fala, a respeito de, quando e o que se faz. Assim, seria mais proveitoso se fosse considerado além dos aspectos teóricos problemáticos citados acima.

Por fim, é incontestável a centralidade do verbo para a produção enunciativa e esse reconhecimento se faz presente em todo percurso dos estudos das classes de palavras, desde a mais antiga das gramáticas produzidas, a exemplo da *Tékhné Grammatiké*, de Dionísio Trácio – base teórica da gramática (BORGES NETO, 2008, 2012; VIEIRA, 2018), até as gramáticas dos dias atuais, como um marcador linguístico de temporalidade, pessoalidade, diferentes flexões, vozes, etc., além de ser uma categoria basilar para as atividades linguísticas de produção enunciativa. Portanto, pelas razões apresentadas, justifica-se a manutenção da categoria verbo como objeto a ser ensinado nos anos iniciais do EF.

Metodologia

Para atingirmos o objetivo de identificar as limitações teórico-descritivas entre a conceptualização da categoria verbo instituída pela GT, concomitantemente aos usos de outros recursos linguísticos, foi necessário realizar uma revisão bibliográfica (MOREIRA, CALEFFE, 2006; GIL, 2008) para trazer a essa produção a contribuição de estudos renomados sobre o tema (BORGES NETO, 2008, 2012; TRAVAGLIA, 2009; FREITAS, SOUSA, 2014; FERRAREZI JUNIOR, 2014; VITRAL, 2017; VIEIRA, 2018) para que as informações apresentadas estivessem assentes em bases teóricas sólidas. Para tanto, selecionamos três gramáticas brasileiras de cunho normativistas (CUNHA, CINTRA, 2006; CEGALLA, 2008; BECHARA, 2009) para, a partir das descrições feitas nesses documentos, refletirmos acerca dos aspectos gramaticais considerados pelos gramáticos para a definição da categoria em estudo.

A escolha pelas gramáticas supracitadas se deu por serem os referenciais gramaticais que norteiam o ensino de gramática em nossas escolas, bem como à produção de material

didático para ensino de língua, pois são os conceitos e definições presentes nesses materiais que encontramos nos livros didáticos utilizados para ensino de Língua Portuguesa desde os anos iniciais da escolaridade.

Além disso, elegemos algumas exemplificações acerca dos usos linguísticos da categoria para podermos entender como as pessoas fazem uso deste recurso linguístico, a categoria verbo e a partir deste entendimento pensarmos em situações de ensino de língua mais significativas e estabeleçam relação com os enunciados produzidos pelos falantes e assim, tornem-se significativos por manter uma aproximação entre o que falam e o que a escola ensina aos alunos sobre língua minimizando assim os distanciamentos no processo de transposição didática dos conteúdos. Por fim, selecionamos a descrição metodológica de uma aula observada para melhor configurar os aspectos apresentados.

O trabalho de entrecruzamento entre Linguística Teórica e Linguística Aplicada nos permitiu compreender as limitações acerca das regularidades instituídas pela Gramática Tradicional que envolvem a definição conceitual da categoria verbo, assim como admitir não haver como pré-estabelecer limites para uma língua sem considerarmos as mudanças sócio-históricas da atividade linguística e seu processo contínuo de transformação, como nos mostra as reformas linguísticas e os mais ricos e variados usos da língua pelo povo.

Na subseção que segue, apresentaremos os resultados destacados discutindo acerca dos problemas conceituais que envolvem os aspectos normativos da categoria verbo ensinados na escola em contraponto com enunciados empregados cotidianamente pelos falantes.

Questões normativas envolvendo a categoria verbo no português brasileiro

Conforme apresentado, o verbo é uma palavra que possui características nocionais estabelecidas pela GT (quadro teórico que as instituíram) não contemplar os aspectos pragmáticos.

Em linhas gerais, o verbo como parte do discurso, fechado nos limites que lhes foram postos se mantém preservado nas gramáticas escolares e livros didáticos atuais (VIEIRA, 2018), tal como foi instituído no século I a.C. nos referenciais de tempo, modo, número e pessoa. Para nós, professores contemporâneos, também não poderia ser de outro modo, pois essas são marcas próprias do verbo e não foram encontrados outros traços alternativos que o

considere em outras propriedades. Por isso, a expressão continuidade do quadro teórico da GT posta por Borges Neto (2012). Entretanto, é preciso considerar alguns problemas conceituais que envolvem os aspectos ensinados na escola em contraponto com os usos sociais da língua. É sobre essas questões que discutiremos nesse segmento.

À vista disso, Freitas e Sousa (2014) tratam da questão conceitual que envolve a categoria verbo e afirmam que uma palavra pode expressar ação e não exercer morfologicamente essa função, mas as gramáticas normativas não pontuam tal possibilidade; Ferrarezi Junior (2014) versa a respeito da categoria verbo de forma ampla e analisa a relação entre as pessoas do discurso postas pela tradição, bem como sobre seus usos sociais no português brasileiro e apresenta as ambiguidades entre eles; e Azeredo (2015) discute questões conceituais que envolvem os tempos do verbo e também aponta incompatibilidades nocionais referentes as pessoas do discurso, bem como que os tempos verbais, em dadas situações não correspondem ao tempo cronológico. Esses autores atestam que as definições/conceitos delimitados pelo quadro teórico tradicional não dão conta dos falares do PB e, por isso, tomá-las como verdade ignorando os falares da sociedade pode incorrer em muitos enganos.

De fato, o que continua sendo ensinado nas aulas de gramática são as caracterizações morfossintáticas das palavras que suprimem os usos sociais da língua em detrimento do modelo de normatização da língua de prestígio — o modelo gramatical de língua, conforme resultado de pesquisa apresentado em Travaglia (2009), mas uma coisa é certa: não nos comunicamos por palavras isoladamente, nós interagimos através de construções linguísticas mais amplas que constituem sentidos completos — os textos (ANTUNES, 2003). A construção dos textos envolve a capacidade de combinar e recorrer aos conhecimentos linguísticos que possuímos (gramática internalizada) e isso inclui as variações e as inúmeras possibilidades que a língua nos oferece para comunicar. Essas são competências adquiridas pelo falante através da experiência com o falar de sua comunidade desde a infância em que, geralmente, esses saberes não fazem ponto de contato com o que é aprendido nas aulas de português, até porque a escola possui uma língua a ser ensinada — o modelo gramatical de língua.

Nesse contexto de padronização da língua, as observações que seguem tratam de

questões normativas que envolvem aspectos entre o que é falado em contraste ao que é ensinado nas aulas de verbo. Para tanto, exemplificaremos algumas formas usuais e as postas pela GT, bem como sobre a análise morfológica das palavras (substantivo-verbo).

As palavras podem exercer comportamentos gramaticais distintos e sua caracterização só será bem-sucedida se considerarmos seu contexto de aplicação (FERRAREZI JUNIOR, 2014). Considerando o que foi apresentado em Casado (2019) a respeito da abordagem do verbo nos anos iniciais do EF, as aulas de verbo eram organizadas a partir da apresentação conceitual seguida de exercício para identificação da categoria segundo a definição, culminando com a conjugação de alguns verbos segundo a terminação para por fim, sistematizar o estudo através do reconhecimento de alguns verbos com base na conjugação praticada.

Para melhor ilustrar, pensemos no exemplo: A luta foi perdida. Se analisarmos na oração, a palavra que possui a função de se referir a algo (luta) e situá-lo temporalmente é foi, mas se o que ensinamos a nossos alunos foi identificar numa frase a flexão de algumas palavras conforme um modelo terminativo, a palavra luta (que, na oração, é um substantivo = classe gramatical que dá nome aos seres) pode ser confundida e, provavelmente, será, com a flexão da 3.^a pessoa do singular do verbo lutar no presente (Eu luto, tu lutas, ele luta). Essas são falsificações que buscamos evitar quando pensamos numa educação linguística que se sobrepõe às terminologias.

Bagno (2011) assegura que a categoria verbo nos força a investigar as pessoas do discurso, além de outras propriedades de funcionalidade que, no que lhe concerne, respeitadas as condições de uso, recebem tratamento didático nulo.

Quadro 1 – Pessoas do discurso: GT e usos

PESSOAS DO DISCURSO - GT			PESSOAS DO DISCURSO – USOS		
(SINGULAR)	Eu	1. ^a	(SINGULAR)	Eu	1. ^a
	Tu	2. ^a 3. ^a		Tu, <i>você</i>	2. ^a
	Ele(a)			Ele(a)	3. ^a
(PLURAL)	Nós	1. ^a	(PLURAL)	Nós, <i>a gente</i>	1. ^a
	Vós	2. ^a		Vós, <i>vocês</i>	2. ^a
	Eles(as)	3. ^a		Eles(as)	3. ^a

Fonte: quadro organizado pelos autores.

Outro ponto interessante diz respeito às questões normativas que envolvem a relação de personalidade, citaremos exemplos de referenciação às 1.^a, 2.^a e 3.^a pessoas do discurso: Eu/Tu/Ele(a)/Nós/vós/Eles(as) delimitadas pela GT, bem como às formas alternativas empregadas no nosso falar para nos referir ao interlocutor. Referimo-nos, especificamente, à substituição do Tu (2ª pessoa do singular) por Você, Nós (1.^a pessoa do plural), pelo A gente e Vós (2.^a pessoa do plural) e pelo Vocês (FERRAREZI JUNIOR, 2014), típica do Português brasileiro.

A título de exemplo, se observarmos uma conversa entre duas pessoas será mais comum ouvirmos o termo Você (2.^a pessoa singular PB) em substituição ao Tu (2.^a pessoa singular tradicional). Exemplo: Você pode, eu não (falar brasileiro) em detrimento do Tu podes, eu não (padrão tradicional) (OLIVEIRA, 2021). É habitual no falar brasileiro encontrarmos situações em que se diz: A gente correu até a margem. Não estamos dizendo, com isso, que Nós corremos até a margem não seja falado. Da mesma forma que a expressão Vós perdeu seu lugar no falar cotidiano brasileiro para o Vocês, a forma pronominal Vós é mais comumente encontrada em textos históricos e, certamente, numa conversa informal, não ouviremos a expressão Vós sereis indicados, mas Vocês serão indicados.

A função dessas discussões é mostrar que o verbo, assim como outras unidades morfológicas, são constituintes do nosso falar. Por isso, o ensino desses aspectos não deve pautar-se em abstrações linguísticas, mas na língua real da comunidade em direção à formalidade, sobretudo no Ensino Fundamental. Os exemplos apresentados atentam para problemas do contexto histórico atual, mas como a língua é uma construção em movimento poderá apresentar futuramente outras variantes no português brasileiro, bem como expressões que fazemos uso em dado momento poderão cair em desuso.

Os dados apresentados revelam uma situação problemática para o ensino de língua/gramática atual, pois se não considerados tais usos naturalizados, fazer a transposição dos conteúdos gramaticais sem que haja um processo de sistematização reflexivo sobre as mudanças linguísticas ocorridas, o ensino se distancia da realidade linguística dos falantes e dessa forma, não desenvolverá o objetivo primordial do ensino de gramática, o desenvolvimento da competência linguística. A impressão que se tem da gramática ensinada na escola é que não é a mesma estrutura que organiza os enunciados que produzimos para nos

comunicar, mas sim uma gramática só da escola (ANTUNES, 2014). Isso não é o que propõe a perspectiva de gramática funcional que, segundo Neves (1997), corresponde a compreensão de uma rede de significados produzidos entre sintaxe, semântica e pragmática, para quem a Gramática Funcional

[...] constitui uma teoria de componentes integrados, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal. Requer-se dela que seja, pois, que seja “pragmaticamente adequada”, embora se reconheça que a linguagem só pode funcionar comunicativamente por meio de arranjos sintaticamente estruturados (NEVES, 1997, p. 25).

O ponto de vista da funcionalidade linguística (NEVES, 1994; 1997) abriga em seu guarda-chuva uma compreensão ampla acerca do sistema linguístico que estrutura a produção enunciativa, da interdependência entre sintaxe, semântica e pragmática à comunicação, bem como reconhece que o tratamento funcional à gramática nos permite compreender como se estrutura a linguagem, o que proporciona aos falantes fazer uso, cada vez mais, dos recursos linguísticos disponíveis. A autora sintetiza este pensamento defendendo haver “um relacionamento íntimo entre as determinações do discurso e da gramática” (NEVES, 1997, p. 25).

Em *Uma visão geral sobre a gramática funcional* a autora assegura que:

[...] uma teoria da gramática não deve contentar-se em expor as regras da língua como uma finalidade em si, mas deve tentar, o quanto possível, explicar essas regras em termos de sua funcionalidade em relação aos modos como são usadas e em relação aos propósitos desses usos (NEVES, 1994, p. 124).

À vista disso, dialogamos a respeito da inutilidade de sermos ensinados, muitos de nós durante toda vida escolar, bem como já reproduzimos em nossa prática pedagógica os mesmos procedimentos de ensino de gramática a partir da introdução conceitual das categorias gramaticais, depois seguem as atividades escritas para, segundo o conceito, serem identificados elementos específicos segundo o que foi solicitado e outras séries de proposições seguindo a mesma lógica. A gradação dos desafios de emprego dos recursos linguísticos impostos aos alunos, desde os primeiros anos do Ensino fundamental, mantém

uma distância considerável dos usos que os mesmos fazem nas situações de interação no dia a dia. E é dentro desta interação verbal, em direção à descrição linguística, que a GF ocupa um espaço frutífero.

Os estudos linguísticos recentes argumentam a favor de uma abordagem linguística contextualizada e capaz de conciliar o que é ensinado às práticas usuais da língua (NEVES, 2003; BORTONI-RICARDO, 2014; ANTUNES, 2014). Por isso, acreditamos que o grande desafio para os professores de Língua Portuguesa é criar situações de ensino que contribuam para o uso eficiente da língua, mas se continuarmos a ensiná-la de modo figurado fica cada vez mais longe obter tal progresso.

À vista disso, o mais atualizado parâmetro para a educação brasileira — a BNCC (2017), reitera a proposta inaugurada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de uma concepção de língua como instrumento de interação. Para tanto, os professores estão empreendendo esforços para criarem situações de ensino mais produtivas. Destacamos da pesquisa um excerto que configura a organização didático-metodológica de ensino da categoria nos anos finais do EF I.

Quadro 2 – Descrição de aula

Aula 3	Tempo do verbo	Leitura compartilhada realizada pela professora com exploração da semiose textual e biografia do autor.	Leitura de tirinha, atividade impressa que propunha: circular os verbos nas frases, empregar o verbo corretamente nas frases, preenchimento de cruzadinha com os verbos no tempo pedido, completar frase, conjugar de acordo com a terminação. A correção se deu individualmente.	Nesta atividade foi incluído o gênero como ferramenta.
--------	----------------	---	---	--

Fonte: quadro organizado pelos autores.

A aula recortada evidencia, sumariamente, o panorama das escolhas metodológicas empregadas para o ensino da categoria gramatical verbo no contexto investigado. Como podemos notar, a metodologia empregada para o ensino de dada categoria se assenta no que nomeamos, segundo Bezerra e Reinaldo (2013, p. 55), de perspectiva teórica conciliadora que reflete “influências teóricas oriundas da linguística e da tradição gramatical” por integrar ao estudo da estrutura o gênero textual. Contudo, o mesmo tem exercido uma função ainda distante do que propõe o funcionalismo, mas representa avanço no tangente ao ensino de língua.

Na continuidade da pesquisa, realizamos uma palestra com os professores e na sequência elaboramos uma sequência de atividades na perspectiva funcional. Depois da elaboração foi realizada uma entrevista e desta recortamos um fragmento para demonstrar o impacto de tal intervenção.

Com essa forma de planejamento de ensino de gramática o aluno dispõe de um conjunto de informações que ele será capaz de participar da construção de definições de verbo, substantivo, adjetivo, pronome e assim sucessivamente. Essa proposta trouxe contribuição na forma de pensar a relação de ensino-aprendizagem, conduzindo o aluno a construir suas próprias opiniões e definições, sabendo que aprender a língua faz parte desse desenvolvimento (Relato escrito, P1).

Então:: dentro das atividades que foram elaboradas a gente buscou o tempo inteiro é através dos textos fazer com que a gramática fosse inserida dentro do texto e com isso facilitar com que o aluno ... fosse de forma gradativa vendo ... percebendo o que é o verbo ... Antes nós tínhamos o conceito e tínhamos as atividades ... com o texto não ... o aluno ... vai ser aquela pessoa que vai interagir com o texto ... eu não vou precisar usar as definições como vinha fazendo nas atividades anteriores ... Nas atividades anteriores tinha mais frases ... é:: ele ((o aluno)) conjugava de acordo com o modelo ... os textos era ... leitura e discussão e agora não ... com as atividades eles dispõem de um conjunto de informações onde ele mesmo pode participar das construções ... Com relação aos textos era tudo muito separado ... Tinha ... né? a gramática ... ortografia ... produção de textos ... ela veio ((esta proposta)) pra unificar ... agora que tendo sempre esse cuidado ... né? de fazer uma amarração no final (Relato oral, P2).

Como se ver, a intervenção realizada demonstrou ter contribuído para organização didático-metodológica para ensino da categoria. A forma de planejamento citada por P1, determina o alcance dos objetivos pretendidos e tal aspecto é reiterado por P2 que situa o texto como unidade de estudo dos recursos linguísticos e como deve ser, na perspectiva funcional, o processo de sistematização.

Diante do exposto, reiteramos que o desenvolvimento do eixo da Análise Linguística/semiótica, da área de linguagens/Língua portuguesa, possibilitará aos alunos, desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, construir sentidos coerentes para as produções orais e escrita adequando o modo de falar as situações sociais de uso da língua ao contexto, seja ele de monitoração ou não, ou seja, fazer o uso eficiente da língua/linguagem. Contudo, destacamos que essas dimensões linguísticas apontadas só seguirão nesse

direcionamento se os aspectos gramaticais receberem um tratamento didático-pedagógico reflexivo, ou seja, se os recursos linguísticos forem compreendidos na perspectiva de funcionalidade.

Considerações finais

A atividade de ensino, uma prática institucionalizada, está organizada em torno de orientações metodológicas tendo em vista os objetivos que se pretende alcançar. Especificamente, o ensino de gramática é ministrado desde os anos iniciais do Ensino Fundamental e se estende durante todo decurso escolar visando desenvolver a boa arte da leitura e escrita.

Neste trabalho, inicialmente problematizamos acerca das limitações normativas que compreendem a categoria verbo no contexto do português brasileiro bem como, a insuficiência de limitar-se aos aspectos normativos abordados dos manuais de gramática e preservados na atividade de ensino (TRAVGLIA, 2009).

Com isso, não se quer dizer que sistematizar a categoria verbo seja algo ultrapassado ou que o correto seria pensar o verbo a partir, apenas, de tendências renovadas. Nada disso! O que almejamos nessa discussão é potencializar a capacidade de observação, reflexão e analítica dos alunos e uma compreensão acerca da estruturação e funcionamento da língua materna. Os conceitos instituídos, nessa perspectiva, serão tomados como ponto de chegada. E é a partir da conceptualização apresentada pela gramática tradicionalmente elaborada que os alunos refletirão acerca das limitações postas e que eles poderão, a partir de uma prática reflexiva ampliar o conceito determinado, apontar inconsistências e/ou elaborar uma caracterização condizente aos aspectos observados.

Outra contribuição desse estudo é o reconhecimento da categoria como um recurso constituinte do nosso repertório linguístico que excede a definição/conceito postos pela GT bem como, trata da indispensabilidade de ter um tratamento pedagógico em sua dinamicidade aplicada da língua compreendendo suas funções semânticas, sintática e pragmática num processo de sistematização considerando a historicidade do português brasileiro.

Sabemos que o livro didático de Língua Portuguesa é o material mais próximo dos professores, refiro-me à área de linguagem, e que integra as atividades didáticas que facilitam

seu trabalho pedagógico e gramaticalmente falando (verbo), a conceptualização do verbo e sua sistematização segundo princípios do Paradigma Tradicional de Gramatização — PTG.

Diante das considerações teóricas acerca da compreensão de língua tanto como estrutura como instrumento de interação (ANTUNES, 2003; TRAVAGLIA, 2009), surge uma abordagem gramatical que se propõe a compreender esses aspectos num processo de sistematização que trata, metodologicamente, o estudo do sistema/estrutura numa intersecção entre os usos da língua e a produção discursiva. Dessa forma, a estrutura, uma parte importantíssima acerca dos estudos em linguagem para os alunos, não foi excluída ou mesmo secundarizada, pelo contrário, pretende-se fazer um tratamento dos aspectos sintáticos e semânticos contíguos aos referenciais pragmáticos.

Em síntese, os professores de Língua Portuguesa lidam com críticas direcionadas ao ensino de gramática orientado pelos paradigmas tradicionais de gramática (VIEIRA, 2018), o que os leva a repensar seus fazeres pedagógicos e a partir dessa “práxis” (re)construindo e ampliando os conceitos instituídos a partir de um novo ordenamento das ocorrências linguísticas tomando o sistema como parte constitutiva da língua materna e assim sendo, construir critérios nocionais mais coesos à funcionalidade do verbo.

Por fim, reconhecemos as limitações nocionais postas pela GT e reiteramos a indispensabilidade de repensar, junto aos alunos, os conceitos instituídos de modo a ressignificar as aulas de Língua Portuguesa/Língua Materna. Desse modo, evidenciamos que não é uma iniciativa tão simples para os professores (re)considerar suas certezas metodológicas, mas que hoje há uma preocupação maior no processo de sistematização das produções linguísticas que compreende tanto com os aspectos semânticos quanto os morfológicos e discursivos-pragmáticos (CÂMARA JUNIOR, 2001, CASTILHO, 2010).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. Assumindo a dimensão interacional da linguagem. *In*: ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

AZEREDO, J. C. O tempo do verbo e a lição dos velhos gramáticos. *In*: André C. Valente.

Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. cap. 13.

BAGNO, Marcos. No princípio era o verbo. *In:* BAGNO, Marcos. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2011. cap. 12.

BECHARA, Evanildo. Verbo. *In:* BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa.** 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. cap.6.

BEZERRA, Maria Auxiliadora; REINALDO, Maria Augusta. **Análise Linguística: afinal, a que se refere?** São Paulo: Cortez, 2013.

BORGES NETO, J. De que trata a linguística afinal? *In:* BORGES NETO, J. **Ensaio de filologia da linguística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 31- 49.

BORGES NETO, J. **Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura?** Todas as Letras, vol.14, n.1, 2012. São Paulo: Mackenzie, p. 87-98.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris [et al.]. **Por que a escola não ensina gramática assim?** 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular, Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acessado em: 30 de junho de 2022.

CÂMARA JR, Joaquim. A classificação dos vocábulos formais. *In:* CÂMARA JR. **Estrutura da língua portuguesa.** 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 77-80.

CASADO, S. F DE P. **Perspectivas paradigmáticas e contribuições metodológicas no ensino de verbo nos anos iniciais do nível fundamental.** Dissertação de Mestrado apresentada ao POSLE/UFCG, Campina Grande, 129 p. 2019.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** 48.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Verbo. *In:* CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do português contemporâneo.** Lisboa: Joao Sa de Costa, 2006[1984]. cap. 13. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1LShG4KTqDQlc1ZylusG5qzh-DP_16zgk/view?usp=sharing>. Acessado em: 5 de junho de 2019.

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **O estudo dos verbos na educação básica.** São Paulo: Contexto, 2014.

FRANCHI, Carlos. Criatividade e gramática. *In:* NEGRÃO, E.V.; MÜLLER, A. L. (Orgs.). **Mas o que é mesmo gramática?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 34-101.

FRANCHI, Carlos. Mas o que é mesmo “gramática”? In: NEGRÃO, E.V.; MÜLLER, A. L. (Orgs.) **Mas o que é mesmo gramática?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 11-33.

FREITAS, V. A de L. SOUSA, M. A. F. de. Verbos impessoais: variação no uso de haver, ter e fazer. In: Stella M. Bortoni-Ricardo [et al.]. **Por que a escola não ensina gramática assim?** 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. cap. 6.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, Maria Helena da Moura. **A gramática funcional.** São Paulo: Martins fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena da Moura. Funcionalismo e linguística do texto. **Revista do GEL**, São Paulo, v 1, n. 1. p. 71-89, 2003. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1KyR8axEUIaVan0tJX2jgP5unRqxsOcwC/view?usp=sharing>>. Acessado em: 9 de junho de 2019.

NEVES, Maria Helena da Moura. Uma visão geral da gramática funcional. **ALFA**, vol. 38, 1994.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de. Funcionalismo, cognição e ensino de Língua Portuguesa. In: MATOS, D. P. de. **Sintaxe na linguística funcional.** João Pessoa: Editora UFPB, 2021. cap. 1, p. 16-36.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional: história crítica.** 1. ed. São Paulo: Parábola editorial, 2018.

VITRAL, Lorenzo. **Ensino de gramática na contemporaneidade.** Work. Pap. Linguíst. 18(2) 239-257, Florianópolis, ago./dez., 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1984-8420.2017v18n2p239>>. Acessado em: 5 de junho de 2019.

Submissão em: 31/01/2022.

Aceito em: 04/09/2022.

Citações e referências conforme normas da:

